



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
CNPJ 18.960.233/0001-00

CONTRATO DE RATEIO Nº 31/2021

**"TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO
OESTE PAULISTA – CIOP E O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
PRUDENTE-SP."**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, 550 – Vila Maristela, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Presidente e Prefeito do Município de IEPÊ/SP, Senhor **MURILO NÓBREGA CAMPOS**, brasileiro, casado, possuidor do RG nº 28.008.444-4 SSP/SP, e do CPF/MF nº 289.488.778-79, residente à Rua Roberto Ekman Simões, nº 510, no Município de Iepê, Estado de São Paulo, doravante denominado **CIOP**, e, de outro, o **Município de PRESIDENTE PRUDENTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 55.356.653/0001-08, com sede na Av. Coronel José Soares Marcondes, 1.200, CEP 19010-081, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, neste ato representado (a) pelo (a) seu Prefeito (a) Municipal, Senhor (a) **Edson Tomazini**, possuidor do RG nº 19.525.741-8 SSP/SP, e do CPF/MF nº 017.529.918-85, residente e domiciliado à Rua Maria Zonari Montini, nº 190, residencial Portinari, CEP 19026.871, doravante denominado **MUNICÍPIO**, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO é regido pela Lei Federal nº 11.107/05 de 06 de abril de 2005 e Decreto Federal nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, bem como pelas demais normas pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO** a definição das regras e critérios de participação do **MUNICÍPIO** junto ao **CIOP**, no tocante aos repasses de obrigações financeiras, de modo a assegurar o investimento e o custeio do **"SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, de Âmbito Regional"**, assinado pelas partes. *ll*

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O **MUNICÍPIO**, para o exercício financeiro de 2021, consignou em sua Lei Orçamentária Anual – LOA ou como crédito adicional especial ou suplementar em sua Legislação Orçamentária pertinente, dotação suficiente para suportar as despesas assumidas através do presente **CONTRATO DE RATEIO**.

Parágrafo Primeiro: Poderá ser o **MUNICÍPIO** excluído do **CIOP** em conformidade com o contrato de constituição do Consórcio, e após prévia suspensão, quando não consignar, na sua legislação orçamentária, dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente **CONTRATO DE RATEIO**.

Parágrafo Segundo: Poderá o **MUNICÍPIO** excluído do Consórcio em conformidade com o contrato de constituição deste, e após prévia suspensão, quando inadimplir as parcelas referentes à quota parte no rateio das despesas do **CIOP**, conforme previsto na Clausula Quarta.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUOTA PARTE E DOS VALORES

1. A quota parte do **MUNICÍPIO** é de **R\$ 3.283,50 (três mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)**, considerando que o rateio municipal se deu com base nas variáveis de receita corrente líquida, população feminina, ocorrências oficiais e vulnerabilidade, que será assim composto, com a respectiva classificação orçamentária:

CATEGORIA ECONÔMICA	3.	CORRENTE		
Grupo de Natureza de Despesas	1.	Pessoal e Encargos Sociais	3.1.71.70.00	56,22%
Modalidade de Aplicação	71.	Pessoal e Encargos Sociais		
Elemento de Despesa	70.	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
CATEGORIA ECONÔMICA	3.	CORRENTE		
Grupo de Natureza de Despesas	3.	Outras Despesas Correntes	3.3.71.70.00	43,78%
Modalidade de Aplicação	71.	Outras Despesas Correntes		
Elemento de Despesa	70.	Rateio pela Participação em Consórcio Público		

- II. Para fins de empenho e repasse, os valores serão divididos em **05 (cinco)** parcelas mensais e sucessivas, no valor de **R\$ 656,70 (Seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos)** com vencimento **até o décimo dia de cada mês, a partir de agosto de 2021**, até adimplência total da quota parte:

Parágrafo Primeiro: Considera-se adiantado o prazo de repasse até o primeiro dia útil se o vencimento cair em finais-de-semana, feriados ou em dia em que não há expediente no **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos dos valores serão efetuados mediante emissão de boleto bancário mensal pelo **CIOP**.

Parágrafo Terceiro: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Quarto: A saída de qualquer Município consorciado do "**SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, de Âmbito Regional**", importará na repactuação dos repasses estabelecidos com vistas à continuidade do referido programa.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I. Entregar recursos ao **CIOP** somente mediante o estabelecido no presente **CONTRATO DE RATEIO**;
- II. Exigir, isoladamente ou em conjunto com os demais consorciados, o pleno cumprimento das obrigações previstas no presente **CONTRATO DE RATEIO**, quando na condição de adimplente;
- III. Prever os respectivos recursos orçamentários, informando a Dotação Orçamentária que suportaria as obrigações assumidas;
- IV. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer ou derivada das normas de direito financeiro, o **MUNICÍPIO**, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao **CIOP**, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento;

Parágrafo Primeiro: A eventual impossibilidade de o **MUNICÍPIO** cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obrigará o **CIOP** a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Parágrafo Segundo: Os municípios integrantes do consórcio que efetuarem o pagamento após o 10º dia de cada mês deverá pagar multa de 1 % ao mês sobre o valor da contribuição fixada na cláusula quarta, sendo o valor corrigido monitoriamente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, ou, se extinto, será substituído por outro índice oficial que vier a ser instituído pelo Governo Federal.

Parágrafo Terceiro: O atraso no pagamento dos serviços prestados por um período maior que 180 dias, após o vencimento das faturas acarretará a suspensão automática de prestação de serviço pelo contratado e consequentemente punições conforme protocolo de intenção e estatuto do CIOP.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIOP

- I. Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, visando à consecução dos objetivos definidos no **CONTRATO DE PROGRAMA**, mencionado na Cláusula Segunda;
- II. Informar as despesas realizadas em face dos recursos entregues pelo **MUNICÍPIO** com base no presente **CONTRATO DE RATEIO**, para que sejam adotadas todas as medidas administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e outras aplicáveis a espécie;
- III. Os recursos repassados ao **CIOP** poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente pelo objeto do presente instrumento;
- IV. Prestar esclarecimentos e informações adicionais na forma definida no Estatuto do **CIOP**;

- V. Facilitar o acompanhamento e a fiscalização contábil, operacional e patrimonial ser exercida pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo do representante legal do **CIOP**, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do contrato externo e ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio;
- VI. Promover a gestão técnico administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

Este Contrato vigorará **de 02 de agosto de 2021 a 31 de dezembro de 2021**, no Exercício Orçamentário e Financeiro de 2021, previsto aditamento para 2022 por se tratar se serviço ação continuada no âmbito da Política de Assistência Social.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005, regulamentado e demais instrumentos legais aplicáveis;
- II. Saldo disposições em contrário computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

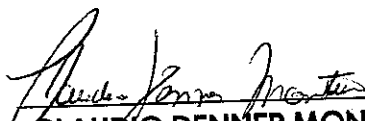
CLÁUSULA NONA - FORO

Para dirimir eventuais controvérsias deste **CONTRATO DE RATEIO**, fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de

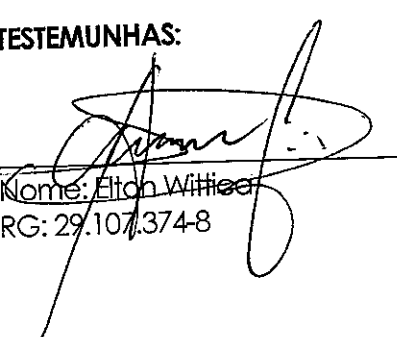
programa em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

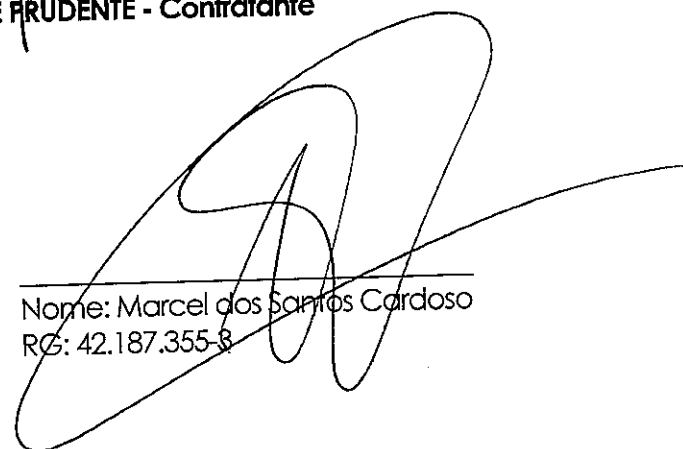
Presidente Prudente, 02 de agosto de 2021.


CLAUDIO DENNER MONTEIRO
DIRETOR EXECUTIVO SUBSTITUTO


EDSON TOMAZINI
PREFEITO DE PRESIDENTE PRUDENTE - Contratante

TESTEMUNHAS:


Nome: Elton Wittler
RG: 29.107.374-8


Nome: Marcel dos Santos Cardoso
RG: 42.187.355-8

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

CONTRATADO: CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, CPNPJ/MF nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, CEP 19020-360.

CONTRATO DE RATEIO Nº 31/2021

OBJETO: Custeio do "SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, de Âmbito Regional"

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO: R\$ 3.283,50 (três mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

EXERCÍCIO: 2021

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a

contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Presidente Prudente, 02 de agosto de 2021

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/RESPONSÁVEL PELA RATIFICAÇÃO

Nome: **MURILO NÓBREGA CAMPOS**

Cargo: Presidente do CIOP

CPF: 289.488.778-79

RESPONSÁVEL (S) PELA HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DA LICITAÇÃO:

Nome: **CLAUDIO DENNER MONTEIRO**

Cargo: Diretor Executivo Substituto

CPF: 335.783.368-90

Assinatura: 
e-mail: diretorexecutivo@ciop.sp.gov.br

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

1-Pelo contratante:

Município: **PRESIDENTE PRUDENTE**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
CNPJ 18.960.233/0001-00

Nome: EDSON TOMAZINI

Cargo: PREFEITO

CPF: 017.529.918-85

Assinatura: _____

e-mail: edthomas@presidenteprudente.sp.gov.br

Pela contratada:

Nome: CLAUDIO DENNER MONTEIRO

Cargo: Diretor Executivo Substituto

CPF: 335.783.368-90

Assinatura: _____

e-mail: diretoexecutivo@ciop.sp.gov.br